

Duas visões do destino

Olavo de Carvalho

Para a aula do COF de 22 de agosto de 2015

Nos séculos que antecederam o Advento de Nosso Senhor Jesus Cristo, duas concepções do universo desenvolveram-se em direções opostas, uma entre os gregos, outra entre os judeus. Seus entrelaçamentos e sua influência mútua determinam até hoje o curso do pensamento ocidental. Chamarei à primeira a concepção *anancástica*; à segunda, *dialógica*.

Antes de explicá-las, é preciso apelar a uma velha noção de senso comum segundo a qual existem forças cósmicas ou supracósmicas que moldam, limitam e determinam as possibilidades do destino humano. Essas forças podem ser compreendidas como materiais ou imateriais, “naturais” ou “divinas”. O homem vulgar dos nossos dias, aquele que tem opiniões sobre todos os assuntos, é em geral estúpido demais para atinar com o caráter permanente e sobre-humano dessas forças. Dos fatores que pesam sobre o curso da sua vida ele só percebe o acidental e imediato, atribuindo seus fracassos e dificuldades ao acaso ou a interferências humanas, seja individuais, seja sociais. Falta-lhe capacidade de abstração para elevar-se da poeira de casualidades à concepção de uma *figura*, de uma *forma* do destino. Nem mesmo os determinismos mais grosseiros e materiais, como por exemplo o da herança genética, costumam entrar na sua linha de considerações.^[1] Quase sempre a idéia mesma de um determinismo ou de um condicionamento é rejeitada com indignada veemência como uma ameaça ao sentimento interior de liberdade e autodeterminação, componente essencial da auto-imagem do típico cidadão de uma democracia moderna.

Em contraste, os homens de outras eras eram muito mais conscientes do seu estado de dependência ante forças que não podiam controlar. Daí seu empenho de apreender e descrever essas forças. Daí, também, a dualidade das linhas de explicação a que me referi acima.

A palavra “anancástico” vem do grego *Ananke*, o Fado, Necessidade ou Destino. Toda a história da cultura grega é marcada pela crença de que os deuses decidem o destino dos homens sem lhes dar

explicações ou margem de manobra, e de que até mesmo os próprios deuses são inermes perante a lei férrea da Necessidade irreversível que tudo governa.

Desse sentimento básico nasceu o empenho de tantos filósofos em compreender as leis da necessidade – os caracteres permanentes do Ser – para que, ajustando-se mais adequadamente àquilo que não podiam mudar, os homens lograssem uma vida mais sábia e mais feliz.

Não é coincidência que as duas criações intelectuais mais duradouras do gênio grego, a geometria de Euclides e a lógica de Aristóteles, sejam ambas formalizações do raciocínio à luz de um elo *denecessidade*. A demonstração irrefutável ou *apodíctica* (= indestrutível) é aquela de cuja conclusão não se pode escapar. Ela imita, na esfera do pensamento, a vivência da necessidade inelutável.

Tão forte era o sentimento da fatalidade, que mesmo a escola que mais enfaticamente negou o poder dos deuses e o império da necessidade – o epicurismo --, fez do homem o joguete inerme do acaso, sem outra alternativa senão refugiar-se no mundo dos sonhos.

Bem diferente era a visão do destino entre os judeus. Embora submetidos à vontade de um Deus onipotente, eles podiam dialogar com Ele, fazer acordos e selar alianças nas quais o curso das coisas não estava predeterminado, mas dependia de ações humanas que cumprissem ou falhassem em cumprir o prometido. Mesmo o resultado das falhas não era sempre inevitável, restando sempre a possibilidade de uma nova chance e de um segundo acordo. O problema cognitivo com que os judeus se enfrentavam não era portanto o de decifrar a estrutura permanente do Ser, as leis inelutáveis da constituição das coisas, mas o de apreender a Vontade de Deus – um Deus compreendido como Pessoa dotada de liberdade, de sentimentos, e da capacidade de suspender a aplicação das suas próprias sentenças.

Eis por que chamei a essas duas concepções *anancástica edialógica*. A flexibilidade sugerida pela concepção dialógica torna-se ainda mais ampla e mais patente na revelação cristã, onde o diálogo já não é entre Deus e a comunidade inteira representada pelos seus reis e profetas, mas entre Deus e cada alma individual. A vida humana aí já não é compreendida como obediência servil e mecânica a um destino inelutável, mas como uma série de vaivéns entre tentativa e erro, o pecado e a Graça.

Transformadas e adaptadas a diferentes circunstâncias históricas, e não raro separadas das suas fontes originárias ao ponto de aparecer com identidades autônomas como novidades absolutas, essas duas concepções ressurgem ao longo de toda a história do Ocidente, ora antagonizando-se, ora mesclando-se e fundindo-se.

Uma das mesclas mais interessantes aparece entre os séculos XII e XIII, quando, numa sociedade repleta de milagres, mensagens proféticas e aparições divinas – a mentalidade dialógica levada às suas últimas conseqüências –, a doutrina da Igreja busca organizar-se, um tanto paradoxalmente, segundo os cânones da lógica de Aristóteles e consolidar-se num discurso apodíctico do começo ao fim.

O surgimento da ciência moderna, entre os séculos XVI e XVII, parece privilegiar unilateralmente a concepção anancástica, reduzindo o cosmos a uma máquina regulada por leis eternas e imutáveis, expressas matematicamente. Mas aí também existe mescla: no universo mecanicístico, o ser humano não é a vítima inerme das leis cósmicas, mas uma espécie de demiurgo auxiliar que, criando máquinas dentro da máquina, se utiliza das leis cósmicas para os seus próprios objetivos livremente escolhidos. O saber é aí concebido como um poder que se exerce mediante o emprego inteligente das leis da natureza.

[Continua]

[1] O “carma familiar” tão meticulosamente descrito já faz quase um século pelo psiquiatra húngaro Lipot Szondi, continua um segredo esotérico para a maioria das pessoas, que repetem os destinos de seus antepassados de maneira totalmente inconsciente.